

Muitos educadores buscaram aprender muito mais sobre a história e sobre a vida. Descobriram sobretudo o respeito por quem estava aprendendo porque eles se descobriram eternos aprendizes. Estes educadores optaram por construir uma outra história nas salas de aula, uma outra história. Eles voltaram-se para o passado buscando revelar o que estava oculto aos nossos olhos, o que nos foi escondido. Buscaram e estão buscando escrever e discutir uma história em que o povo passe a ser sujeito, em que a vida seja vista como um processo evolutivo com passado, presente e futuro. Estes educadores sabem da importância do nosso passado como referência de vida individual e coletiva. Sabem que conhecendo o que fomos e o que fizemos, podemos compreender a realidade e planejar um futuro com segurança e autonomia. Conhecer a história do seu povo é indispensável a qualquer cidadão, tanto mais quando este é um profissional que pode mudar o curso da história de seu povo.

(...)“precisamos saber da nossa história, precisamos descobrir nossa história como um campo de produção de conhecimento”.

Nós professores e economistas piauienses precisamos saber da nossa história, precisamos descobrir nossa história como um campo de produção de conhecimento. Precisamos deixar de ser meros reprodutores de idéias e passarmos a gerar nossas próprias reflexões. Um bom começo é nos voltarmos para história do Piauí. Neste particular, as análises recentes e discussões ainda reproduzem as mesmas fontes, a maioria geradas sem o menor conhecimento científico. A história do Piauí precisa ser (re)escrita ●

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA é professor de Economia da UFPI, Mestre em História do Brasil pela PUC/RS, Pesquisador do Núcleo sobre Africanidades e Afrodescendência - IFARADÁ/CCHL e doutorando em História do Brasil/PUCRS.

O AVANÇO E SUPREMACIA NEOLIBERAL NA SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRA

*SAMUEL COSTA FILHO**

Na década atual presenciamos a supremacia de propostas e recomendações neoliberais para América Latina. São correntes as afirmações das vantagens do processo de globalização da economia e de seus benefícios ilimitados para toda região.

Afirma-se ainda que quem ficar a margem desse processo de aceleração capitalista estará condenado ao atraso e à miséria. Os países que se fecharem terão pouco acesso a capital e as novidades tecnológicas, perdendo competitividade e marcando passo. O resultado é que as economias nacionais perdem importância relativa para blocos regionais de comércio, com a economia cada vez mais interconectada.

A ideologia liberal que voltara a predominar nos Estados Unidos governado por Ronald Reagan e Inglaterra da primeira ministra Margaret Thatcher se espalha pelo mundo. Com a vitória de Fernando Collor, no início dos anos 90, o liberalismo e a onda privatizante começam a penetrar na política e sociedade brasileira e passam a dominar a cena.

O sucesso inicial do Plano Real deu margem a vitória do governo de Fernando Henrique Cardoso que prosseguiu na linha liberalizante tentando moldar a economia, o Estado e a sociedade. O “Projeto Nacional” atualmente em execução visa aprovar e promover reformas que reduzam o papel e a ação do Estado, transformem nossa economia e reduzam o “custo Brasil” (impostos, burocracia e infraestrutura).

No que diz respeito às políticas regionais o governo federal lançou o chamado “Projeto Nordeste”. Este projeto previa a liberação de recursos (11 bilhões de reais até 1998) para onze áreas de atuação, desde a criação de empregos, redução da mortalidade infantil até a solução para o velho problema hídrico. Segundo a revista *Veja* (1997, n. 1, p. 12) este projeto ficou só na promessa.

O quadro atual parece revelar uma situação em que só existem duas alternativas para o Brasil. A primeira, defendida pelo governo e seus aliados seria a modernizante. Do outro lado, teríamos os conservadores ou o atraso.

Os defensores da modernização são a favor da privatização, desregulamentação, abertura comercial e do Estado Mínimo com manutenção dos serviços básicos de saúde, educação, segurança, justiça, política, etc; ficando o mercado encarregado de elevar a eficiência da economia. Por acarretar e acelerar a modernização, isso seria o novo e moderno segundo o discurso governamental. Os que defendem o Estado, as estatais, o nacionalismo, e elevação da tributação das camadas mais ricas da população estaria do lado do atraso (os dinossauros) e tendem querer congelar a modernização.

Todavia, convém ressaltar que não estamos presos somente aos dois extremos anteriormente citados e urge uma mudança nesse modelo modernizante de desenvolvimento, pois continuamos na via de crescimento apoiada com recursos externos e que tem beneficiado só as elites de nossa população. Se faz necessário resgatar políticas e criar “um novo estilo de desenvolvimento”, e dentro deste quadro recolocar as questões que digam respeito a maioria do povo brasileiro (certamente dentre elas estarão as disparidades sociais e regionais gritantes de nosso país, a questão agrária, etc.).

Assim, nesse momento devemos não somente criticar a política de modernização imposta a nossa economia e sociedade, mas, estamos na obrigação de formular um projeto novo e alternativo de desenvolvimento nacional que viabilize a transformação produtiva e equidade social. A autodeterminação humana e sua ação criativa não devem acomodar-se e sujeitar-se passivamente a decantada globalização. É necessário reafirmar a não existência de uma lógica econômica inexorável que nos imponha uma integração subordinada no contexto econômico internacional. Além do que o ajuste neoliberal implementado é concentrador e excludente ●

SAMUEL COSTA FILHO é professor de Economia da UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN/UFC e doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.